

Direitos Reais (3.1.2019)

I

Abel vendeu um prédio a **Berta**, mas esta aquisição não foi inscrita no registo predial.

Posteriormente, no âmbito de uma ação executiva movida por **Carla** contra **Abel**, o prédio foi penhorado. Nesta sequência, o prédio foi vendido judicialmente no âmbito da referida ação executiva, tendo sido adquirido pela própria exequente, **Carla**. Esta aquisição judicial foi inscrita no registo predial.

Pouco depois, **Carla** vendeu o prédio a **Daniel**, tendo esta aquisição sido inscrita no registo predial.

Berta intentou uma ação judicial contra **Daniel**, reivindicando para si a propriedade do prédio.

Daniel contestou a ação, alegando que confiou na informação constante do registo predial.

- a) Esclareça se a ação deve ser julgada procedente, justificando a sua opinião.

II

Das seguintes quatro questões, responda a duas – e só a duas:

- b) Comente a seguinte afirmação: "O *ius aedificandi* é uma faculdade atribuída pelo plano urbanístico."
- c) Comente as seguintes afirmações: "As estipulações fiduciárias valem entre fiduciante e fiduciário, não beliscando os poderes deste, nas relações com terceiros, enquanto titular de um direito real."
- d) Comente a seguinte afirmação: "O empreiteiro goza do direito de retenção para pagamento do preço da obra."
- e) Comente a seguinte afirmação: «Ao contrário do que acontece no regime da acessão, a lei não prevê nenhuma compensação para aqueles que se vejam privados de direitos por força da usucapião, o que levanta problemas de constitucionalidade».

As cotações das perguntas são:

- Grupo I: 10 valores
- Grupo II: 10 valores (5 valores por cada questão)